



ATA Nº 5/2018

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos dezassete dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Carlos José Lopes Abreu (em substituição), respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Luis Filipe Santana Dias, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais Filipe Montez Coelho Madeira e Susana Carla Alves Franco e ainda do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (30 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 4/2018 referente à sessão ordinária de 29 de setembro. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2018 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 21 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Clara Maria Maximiano Rosa Martins, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Inês Guerra Vargas, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Mário João das Neves Flores, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, o Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas e a Vogal da Junta de Freguesia de Rio Maior, Maria Manuela Lindo (30 presenças). -----



----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Ribeira de São João e São João da Ribeira -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----

----- Deputada Anabela Costa Azenha -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Ribeira de São João e São João da Ribeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se pela forma como hoje a Câmara Municipal reconhece as Juntas de Freguesia como parceiras na gestão do desenvolvimento do concelho e, acima de tudo, pelo respeito, confiança e apoio quando assim é necessário. Salientou o aumento de 37,5% nos valores a transferir para as Freguesias e a disponibilidade de realizar obra nas mesmas, demonstrada por diversas ocasiões. Agradeceu esta forma de trabalhar e deixou o reconhecimento ao trabalho da câmara com a colaboração das juntas, fazendo votos que assim continue. -----

----- De seguida referiu-se a Ruy Belo dizendo que se trata de um assunto que não teve nos últimos anos, por parte dos responsáveis da Câmara Municipal de Rio Maior, a devida atenção, dando a conhecer que em tempos foi contactado pela vereadora



responsável pela cultura para uma deslocação à Casa Poeta Ruy Belo no sentido de se fazer um projeto para a remodelar com alguma urgência, para assim aproveitar uma candidatura disponível, sendo certo é que até à data nada mais foi feito. Questionou, por isso, se há ou não uma candidatura para a Casa Poeta Ruy Belo, de que valores é se está a falar e, havendo essa candidatura, se vai ou não haver obra. Referiu que não é a primeira vez que aqui critica a atuação da Câmara Municipal em relação ao poeta Ruy Belo mas, independentemente disso, deixou um agradecimento pela maneira como têm sido tratados nos últimos tempos, desde que a Presidente da Câmara assumiu o pelouro da cultura, porque Ruy belo assim o merece e a Freguesia assim o exige. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à problemática do ambiente que tem vindo a crescer de importância pelos piores motivos, seja pela poluição no rio Maior, na ribeira da Asseca ou na ribeira de S. Gregório e ainda pelos maus cheiros constantes, devidos às pecuárias, nos mais diversos pontos do concelho, como em Rio Maior, São João da Ribeira, Vila da Marmeleira, Malaqueijo, Póvoas, Asseiceira, entre outros. Afirmou que a poluição coloca o concelho num patamar muito baixo relativamente à qualidade de vida e a Coligação Democrática Unitária (CDU) quer saber o que é que a Câmara tem feito para resolver estes problemas. Questionou também para quando está prevista a cobertura total no concelho de Rio Maior pela rede de saneamento básico, já que este é um direito alienável dos cidadãos. -----

----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir às comemorações do 182º aniversário de história do Concelho de Rio Maior dizendo que estes foram celebrados com um vasto programa que contou com a colaboração dos diversos parceiros da sociedade e incluíram diversas iniciativas culturais e sociais. Destacou o reconhecimento feito a todos os riomaiorenses e em particular aqueles que dedicaram o seu trabalho à vida e desenvolvimento do concelho e felicitou também o executivo pelo investimento e obra realizada no mercado municipal, onde ficou evidente a forte aposta na higiene, segurança alimentar e qualidade não esquecendo a decoração, dando, desta forma, melhores condições aos que lá trabalham e confiança aqueles que o visitam. -----



----- De seguida deu os parabéns ao executivo pela realização da 1ª Gala do Desporto-Distinção de Mérito Desportivo do Concelho de Rio Maior, que se realizará nesta data no Cineteatro de Rio Maior, e reforçou o convite que lhes foi endereçado para que estejam presentes. Salientou a importância da iniciativa porque considera que é na própria terra que se deve, em primeiro lugar, reconhecer os que fazem jus a um dos seus fatores de identidade, Rio Maior Cidade do Desporto. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para falar acerca de algumas questões relativas à Freguesia de Arroquelas dizendo que se encontra em desenvolvimento a 5ª edição do orçamento participativo, este ano um pouco diferente, enriquecendo a participação das pessoas que habitualmente não participam o que levou a que as várias forças políticas tivessem que contactar com as pessoas porta a porta recolhendo assim um total de duzentas propostas, dizendo que este formato veio confirmar, através das propostas sobretudo questões ligadas à saúde, à segurança e ao usufruto das melhores condições possíveis para os últimos anos de vida, dois aspetos, sendo um deles que a população está envelhecida e a necessidade de atividades e propostas de trabalho para o desenvolvimento local e sobretudo orientado para contrariar este ciclo, e um segundo aspeto relativamente à questão do ambiente e dos maus cheiros, que levou a que se tivesse que retomar algumas práticas de contacto e conversação com os intervenientes, nomeadamente com quem tem a responsabilidade pela sensibilização da sociedade e também com os atores locais, nomeadamente os produtores, na tentativa de se manter uma relação equilibrada. -----

----- De seguida deu conhecimento que a população de Arroquelas manifestou o agrado extraordinário, quase comum, relativamente à substituição das luminárias de tipo LED, reforçando este agrado aqui pela mais valia que representa e com a intenção clara de solicitar ao executivo que gradualmente vá alargando isso aos espaços da aldeia e até a outros elementos de segurança como a utilização das mesmas em passadeiras. –

----- Referiu ainda a parceria com a Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Rio Maior Sul cujos elementos têm feito um esforço para introduzir na gestão florestal algumas mais valias sendo que, neste momento, se verifica não só a limpeza das propriedades privadas, mas sobretudo a requalificação de alguns caminhos e de algumas vias de acesso. Considerou que esta parceria entre o associativismo florestal e as entidades



públicas deve ser reforçada e deu conta que estão já a aparecer algumas plantações de novos elementos em substituição do eucalipto na freguesia. -----

----- Congratulou-se ainda pela tendência que tem vindo a ser denotada no reforço dos valores associados à transferência de competências pela mais valia que isso pode ter, salientando o facto de se viver um bom ambiente entre todos os colegas e freguesias pensando sempre na lógica do território e com isso trazer mais algum desenvolvimento e algum enriquecimento ao local onde moram e de que são legítimos porta voz. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que foi solicitada uma reunião à Presidente da Câmara para dar conhecimento das ideias e preocupações que o Clube de Política Ser Maior reuniu numa ação que promoveu em Asseiceira e que a mesma se recusou a recebê-los argumentando que não lhes reconhecia legitimidade. Afirmou que são um grupo com autonomia, dentro da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, reconhecida pelos estatutos do partido e, por essa razão, querendo contribuir com ideias para a elaboração do orçamento, tomaram a liberdade de tentar marcar a dita reunião, acrescentando que a própria Presidente disse na última Assembleia Municipal que todas as ideias seriam sempre bem-vindas. Acrescentou que, não obstante, fizeram chegar essas mesmas ideias, em tempo, à Presidente da Câmara com conhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal. Questionou se algumas dessas ideias foram acolhidas pois aquilo que importa, na sua perspetiva, é satisfazer as pessoas e não a forma como as ideias e/ou preocupações chegam ao conhecimento. -----

----- De seguida, sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), afirmou que o município tem conhecimento sobre as dificuldades financeiras das associações que proliferam pelas freguesias e aldeias e, por essa razão, lhes vai atribuindo subsídios, sendo que é nestas associações que, muitas vezes, estão sediados os únicos cafés dos locais, pontos de encontro da população que lá reside, em especial os idosos. Considerou que isentar total ou parcialmente estas associações deste imposto seria contribuir não só para que não encerrem portas como também para a qualidade de vida dos idosos que as frequentam, evitando o isolamento e a solidão. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por agradecer ao executivo municipal o esforço financeiro que tem feito tanto no equilíbrio das contas da câmara como no aumento que propõe para a delegação de competências nas freguesias, um aumento significativo de 37% que vem ajudar na execução das inúmeras coisas que há para fazer nesse âmbito, dizendo que nunca teve conhecimento num aumento tão expressivo. Agradeceu também a colaboração e apoio nas várias ocorrências nas freguesias. -----

----- Relativamente à freguesia que representa alertou que existem vários prédios em ruína na Vila da Marmeleira e que é uma situação que se arrasta. Disse saber que há levantamentos com dez e doze anos dos prédios em ruínas, alguns já sujeitos a três ou quatro vistorias de salubridade, e até ao momento continua tudo na mesma. Solicitou que pudesse ser tida em consideração esta situação urgente e fosse dado o apoio possível para inverter esta situação e não se deixar que agrave este problema urbanístico e que põe em causa a segurança de pessoas e bens. -----

----- Em relação a Assentiz lembrou que uma das maiores preocupações é o estado da rede viária, que se encontra muito degradada, e que se encontra em muito dependente da substituição da conduta da água, ou seja, não haverá intervenção para melhorar a rede viária sem, em primeiro lugar, se fazer a substituição da conduta da água. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por saudar, mais uma vez, o orçamento participativo da Freguesia de Arrouquelas e endereçou os devidos parabéns ao Presidente de Junta. -----

----- Referindo-se a um dos documentos que consta da ordem de trabalhos nos assuntos para conhecimento, nomeadamente Ação de Controlo ao Município de Rio Maior – Contratação Pública - Comunicação de homologação do relatório, disse que o mesmo aponta um conjunto de medidas e recomendações em relação à contratação pública, designadamente nos procedimentos pré-contratuais, na execução dos contratos e referente aos princípios da transparência, da concorrência e da legalidade, sendo estas recomendações muito enfatizadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, e que são dados sessenta dias à Câmara Municipal pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF) para apresentar medidas a fim de dar corpo a essas conclusões. Questionou, por isso, que medidas é que a Câmara Municipal já tomou para ir de encontro às recomendações da IGF. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por se referir à situação dos maus cheiros crescentes na cidade, nomeadamente na zona do Cidral, e por todo o concelho, dizendo que soube que houve uma denúncia e que o executivo estaria à espera de um relatório. Disse que gostaria de saber quais as medidas que o executivo está a pensar tomar e que informação pode dar acerca desta situação. -----

----- De seguida congratulou-se com as medidas tomadas pelo governo do Partido Socialista (PS) que permitiram que as transferências para as autarquias locais fossem implementadas num valor bastante significativo, e também com o reconhecimento do Ministro da Ciência e do Ensino Superior na Assembleia da República que assumiu publicamente o compromisso da construção da residência estudantil para a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, sendo que é com alegria que verifica que será mais uma vez um governo do PS a assumir a construção da mesma. Terminou constatando que, para bem do concelho e do país, nas próximas eleições legislativas o PSD não ganhe porque, como tem sido seu apanágio, uma das primeiras medidas é retirar a construção desta obra do Orçamento de Estado. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à aprovação da candidatura do Município de Rio Maior ao programa europeu Atlantic Culture scape, projeto este submetido em maio e no valor de duzentos e vinte e cinco mil euros que visa a dinamização em torno da obra de Ruy Belo e sua vida, em conjunto e no âmbito turismo cultural dando lugar a uma crescente projeção. Disse que infelizmente o projeto não é ainda do conhecimento nem da Assembleia nem da população e que urge a sua apresentação pública. Acrescentou ainda que esta será uma boa oportunidade para publicitar a criação da bolsa de estudo sobre Ruy Belo que consta do orçamento para 2019 e que deve ser requalificada e preparada a casa Ruy Belo para o futuro, assim como para dinamizar o prémio Ruy Belo que foi objeto de interesse de parceria com a Câmara Municipal de Sintra. Questionou em que ponto está essa situação. -----

----- Referiu-se de seguida ao problema da poluição do rio Maior, ribeira de S. Gregório, entre outras, recordando, desde logo, que se trata de uma garantia e preservação da saúde pública e do futuro das gerações presentes e futuras. Em seu entender o executivo deverá desenvolver, entre outras, as necessárias diligências junto do Ministério Público e ainda Ministério do Ambiente e universidades, no sentido de se



monitorizar a qualidade da água. Efetivamente já há muitos anos que destas situações só se dá conhecimento às entidades competentes, tal qual qualquer cidadão, e considera que há que fazer muito mais e é possível fazer muito mais como entidade pública. -----

----- Terminou congratulando-se com o aumento das transferências de verbas para as juntas de freguesia e questionou se estas verbas contemplam também um acréscimo da transferência de competências. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes e justificou a ausência do Vereador João António Lopes Candoso por se encontrar fora do país. -----

----- Relativamente à transferência de competências para as juntas disse que foi feito um esforço no sentido de se conseguir um aumento, e embora se possa considerar que deveria ser ainda maior, foi o valor possível dentro do orçamento que constitui a proposta para o ano de 2019. Considera que as juntas de freguesia dão o “braço direito” da Câmara Municipal que conta sempre com o trabalho e o empenho, nas mais diversas formas, com vista à resolução das situações existentes por todo o concelho. afirmou que pela sua experiência como presidente de junta considera que a delegação de competências não é um ato de boa vontade é um ato de gestão. -----

----- De seguida, relativamente ao projeto sobre Ruy Belo disse que efetivamente foi apresentada uma candidatura que foi feita no âmbito do programa Interreg Espaço Atlântico, e trata-se de uma parceria entre várias entidades onde o papel da Câmara Municipal de Rio Maior é colaborar transversalmente com todos os parceiros ao longo do projeto e em todas as atividades. Acrescentou que efetivamente esta candidatura foi aprovada, que a duração do projeto é de 1 de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2021, e não foi ainda feita a comunicação porque após esta aprovação há todo um trabalho a fazer, que consistirá no levantamento do Património Cultural e Material, a identificação dos potenciais produtos turísticos baseados neste património imaterial, a construção do produto, a promoção e venda do mesmo em que o projeto Ruy Belo poderá beneficiar da mais-valia financeira do projeto, identificação e valorização deste património cultural e material em São João da Ribeira e a questão da edificação deste



património diretamente ligado à sua obra. Reafirmou que há todo um trabalho para fazer e a seu tempo, quando existir algo que possa ser mostrado, será então tornado público e do conhecimento geral. No que se refere à candidatura para a requalificação e conservação da Casa Poeta Ruy Belo, informou que não existe e que aquilo que existe é um estudo prévio e que é intenção que venha a ser integrado nos projetos futuros a candidatar. Sobre a parceria com a Câmara Municipal de Sintra informou que a resposta daquela entidade às diligências da Câmara Municipal de Rio Maior foi que não haveria possibilidade legal de estabelecer protocolos com parceiros ou entidades porque o regulamento de atribuição de prémios literários de Sintra não o permitia e que, em face disto, o prémio irá ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Rio Maior. -----

----- Acerca da questão dos maus cheiros e da poluição deu conhecimento que de acordo com as informações dos serviços os maus cheiros podem ser provenientes das pecuárias existentes na zona e que inclusive, em relação a uma delas, foi levantado auto de notícia, sendo o mesmo de imediato encaminhado para as entidades competentes, nomeadamente para o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), o que está a ser feito também para a ribeira de S. Gregório na sequência do levantamento que foi feito, sendo que a empresa de vinhos já foi notificada para poder agir em conformidade com as entidades competentes que têm que fazer a vistoria, acompanhamento e monitorização da desconformidade. Informou que as reclamações estão identificadas, as descargas também, a participação da Fiscalização está feita e os autos de notícia e contraordenação têm sido devidamente levantados em articulação com as restantes entidades competentes para fiscalizar. Reafirmou que existe um trabalho em desenvolvimento com vista a resolução das situações em estreita colaboração com todas as entidades envolvidas no licenciamento e fiscalização daquelas atividades. -----

----- No que respeita às comemorações do feriado municipal, agradeceu a todos os membros da Assembleia que estiveram presentes e lamentou, mais uma vez, aqueles que não tiveram disponibilidade para poder estar. -----

----- Ainda sobre as exploração e indústrias e a qualidade do ar e da água, acrescentou que comunga das palavras do Presidente de Junta de Arrouquelas no sentido em que não é intenção das entidades encerrar atividades, o que se pretende é trabalhar de forma a ajudar a que estas explorações se regularizem, disponibilizando todo o apoio, inclusive jurídico, e colaborando com eles no sentido de estarem conforme as regras e



o legalmente permitido, potenciando a boa qualidade do ar e da água e que estes possam ser, reconhecidamente, uma realidade e uma evidência. -----

----- Acerca da substituição das luminárias no concelho disse que se trata de um projeto que inicialmente gerou alguma desconfiança, em particular do PS, mas trata-se de um investimento com grande impacto ambiental e gerador de poupança com os gastos em iluminação pública, podendo haver uma redução de cerca de 35% de acordo com vários estudos, mas que ainda é cedo para se conseguir comprovar. Informou que neste momento a substituição já chega aos 20% das cinco mil luminárias que serão colocadas e que esta candidatura encerra um instrumento financeiro que permite a amortização com a poupança da eletricidade. Referiu que este é um projeto que está a ser desenvolvido a nível nacional e era umas das prioridades do Portugal 2020 no que se refere a eficiência energética. -----

----- Acerca do pedido de reunião com o Clube de Política Ser Maior afirmou que não tem que conhecer os estatutos do PS e que não houve uma recusa, mas sim a sugestão de que pudessem juntar as propostas que recolheram àquela que foi proposta do PS aquando da auscultação no âmbito do estatuto da oposição que dispõe que os partidos com assento na Assembleia Municipal devem ser ouvidos na elaboração do orçamento. Achou, por isso, muito estranho, que o clube político Ser Maior não tenha feito chegar, por via do PS, essas mesmas propostas, tal como os outros partidos que também foram chamados a apresentar propostas para o orçamento. -----

----- Sobre a questão da isenção do IMI para as associações disse ser um assunto em estudo, mas que se trata de uma situação difícil já que grande parte do movimento associativo do concelho não tem o património regularizado, nem sequer esta em seu nome, muito embora se estejam a fazer todos os esforços no sentido de regularizar situações que ao longo dos anos nunca foram regularizadas. -----

----- Sobre o relatório da ação de Controlo ao Município de Rio Maior disse que existe já uma resposta ao IGF com as medidas tomadas e que, em princípio, estaria junto ao documento. Acrescentou que não estando o que foi comunicado foram as medidas já concretizadas em função da auditoria e as que estão a ser realizadas. Disse que as recomendações dadas foram essencialmente decorrentes das alterações legislativas e que tem sido entendimento da câmara municipal que uma auditoria é essencialmente uma ação pedagógica no sentido de se poder melhorar os procedimentos. -----



----- Referindo-se à questão da residência de estudantes, desejou que as palavras do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro efetivamente se concretizem e que lhe possa dar os parabéns pela sua antecipação. -----

----- Por fim, relativamente à questão se existe ou não aumento da transferência de competências informou que em regra a delegação é feita em acordo com as juntas de freguesia e são aquelas que entendem ser as que mais relevantes para o ano civil. -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra aos Vereadores da Câmara Municipal com as áreas para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar a palavra aos vereadores para os restantes esclarecimentos sugeriu que os serviços de apoio à Assembleia Municipal disponibilizassem cópia do ofício remetido à IGF a todos os membros. -----

----- **Vereador Luís Filipe Santana Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por esclarecer que a cobertura total do concelho do saneamento ainda não é uma realidade, dizendo que há largos anos que não era contemplada em orçamento nenhuma verba para o alargamento da rede. Informou que este ano está, não ainda verba que era desejável, mas a possível, e que se irá começar a alargar a rede ainda durante o ano de 2019, nomeadamente nas zonas que não exigem ainda construções de novas estações elevatórias e isso porque será necessário dotar os serviços com mais recursos humanos quando isso acontecer já que a manutenção das estações elevatórias vem trazer essa necessidade. Disse que se trata assim de um processo por etapas e resolver um problema de cada vez. -----

----- Sobre a questão da poluição disse que nunca a Câmara Municipal achará por bem ficar apenas pelo cumprimento estrito da lei, nunca o fará e nunca o fez. Afirmou que existe uma estreita relação entre a Câmara e a SPENA em atos conjuntos de acompanhamento quase diário às situações, mas que, obviamente, a legitimidade de atuar pertence àquela entidade, cabendo aos serviços da câmara municipal apenas a verificação do licenciamento do edificado e da sua utilização. -----

----- Relativamente à iluminação LED disse que gostava de fazer uma rápida leitura política dizendo que um dos grandes argumentos utilizados pelo PS, em reunião de Câmara, sempre foi a desconfiança da eficácia técnica e da real valorização do meio urbano e do espaço público com este tipo de iluminação, nunca se pôs em causa que



ambientalmente seria mais favorável, que poderia ter poupanças a nível energético, mas havia uma dúvida que levou os vereadores do PS ou a votar contra ou a abster-se na votação destes pontos e a prova está na intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas. Disse que toda a gente está muito agradada com a melhoria na qualidade da iluminação, que é por todos reconhecida, e lembrou que em tempos disse em reunião de Câmara que cá estaria para assumir o erro, caso de verificasse, congratulando-se por não ter sido necessário. -----

----- Parabenizou todos os presidentes de junta pela capacidade de adequação à realidade, como é exemplo o orçamento participativo referido anteriormente, que revela preocupação com a importância e capacidade de se adequar às necessidades da cada população e considerou que as freguesias são isso mesmo, adequar a estratégia à vontade e necessidade das populações e levar-lhes o melhor possível. -----

----- Acerca da situação das associações informou que há um trabalho a ser desenvolvido no sentido de se conseguir minorar os problemas existentes relativamente ao IMI, acrescentando que existe a possibilidade de ainda no orçamento de 2018 caber uma forma de isentar as associações, estando a ser analisada juridicamente essa possibilidade que, a concretizar-se, poderá levar à necessidade de se fazer uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente à questão dos prédios degradados falada pelo Presidente de Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz, informou que teve já uma reunião preliminar com os serviços de urbanismo, no sentido de se poder iniciar o processo para a constituição de uma ARU naquele núcleo da Vila da Marmeleira, dizendo que esta poderá ser uma ferramenta muito útil para se poder dar seguimento a uma estratégia de proteção do edificado e da tipologia existente. Quanto à rede viária em Assentiz disse que partilhava a preocupação demonstrada e que é notória a necessidade de se fazer primeiro a requalificação do sistema de abastecimento de águas antes de se fazer a substituição do pavimento. -----

----- Acerca da transferência de competências para as freguesias reafirmou que não há diferença nas competências delegadas, mas sim um reforço financeiro das mesmas. Agradeceu publicamente a todos os presidentes de junta e às suas equipas e realçou a importância desta delegação na vida do concelho e na forma como se dá às juntas as ferramentas para terem capacidade de intervenção. Disse ainda que é com agrado que integra o executivo municipal com a maior delegação de competências de sempre, pelo menos dos últimos treze anos. Remetendo para a execução do orçamento disse que



para que exista um equilíbrio orçamental são sempre necessários acertos a alguns dos projetos definidos, mas que foi compromisso de todo o executivo que haveriam duas rubricas que não seriam tocadas, as despesas com pessoal e a delegação de competências nas juntas de freguesia, por se tratarem de peças fundamentais para a prossecução do bom serviço da autarquia. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Ação de Controlo ao Município de Rio Maior – Contratação Pública - Comunicação de homologação do relatório** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Designação de representante do Município no Conselho da Comunidade do ACES Lezíria do Tejo** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal disse tratar-se da eleição do representante do Município no ACES Lezíria conforme disposto no artigo 31º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua atual redação e informou que foi entregue na Mesa uma única lista, agora designada como Lista A (anexo 4), propondo como representante do Município a deputada municipal Inês Guerra Vargas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Efetuada a votação por escrutínio secreto, foi eleita, **por maioria** de vinte e sete votos a favor, um voto contra e um voto nulo (30 presenças), para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Lezíria como representante da Assembleia Municipal de Rio Maior, Inês Guerra Vargas. -----

----- **Ponto II – Contrato Programa para o ano de 2019 com a Desmor, E.M.S.A** ----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a proposta de contrato programa para 2019 a celebrar entre a



Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A., acrescentando que se mantém o mesmo valor do ano anterior e que se prevê o início dos procedimentos para obras de intervenção com vista à individualização dos custos com a energia e água.-----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos a favor, como se pôde observar, no entanto queremos deixar esta declaração de voto. O que nos preocupa neste momento não são, obviamente, as questões técnicas ou administrativas, porque essas estão, obviamente, respeitadas como teria sempre que ser, mas sim o futuro da Desmor que, em nosso entender, não vimos suficientemente plasmado neste documento. Contudo, o nosso voto foi favorável, veremos o que vai acontecer.” -----

----- **Ponto III – Lançamento de Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis – 2018 -**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de autorizar as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre os Imóveis, que se mantém inalteradas relativamente ao ano anterior: -----

----- 0,38% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI; -----

----- Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono; -----

----- Não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista nos n.ºs 6, 7 e 12 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- Reduzir a taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----



Numero de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Iniciou por dizer que esta intervenção será não só sobre este ponto, mas sobre os dois que se seguem também. -----

----- Congratulou-se com os valores das taxas apresentados nas três propostas e salientou a sua redução face à taxa máxima permitida por lei. Não obstante, no que diz respeito ao IMI, reportou-se mais uma vez para o alerta que tem vindo a fazer de que a majoração prevista do IMI de 30% para os prédios urbanos nunca foi aplicada e que este poderia ser um instrumento dissuasivo na falta de conservação dos imóveis. Referiu ainda que de igual forma a taxa agravada para os prédios rústicos nunca foi também aplicada e, assim sendo, exortou o executivo que faça as diligências necessárias no sentido de aplicar estas majorações de IMI para prédios devolutos e prédios rurais que não estejam tratados. -----

----- No que diz respeito à participação no Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (IRS) refere que é proposta 4,8% e que a taxa máxima é de 5%, havendo assim uma diferença de 0,2% que, muito embora gostasse que fosse maior, é alguma coisa. Considerou que neste âmbito há que situar o município num valor de participação de IRS e de derrama semelhante ao da sua circunscrição geográfica, ou seja, não fará sentido e considera até como um erro estratégico, ter uma política de participação no IRS e taxa de derrama superior aos concelhos limítrofes e da mesma dimensão. -----

----- Deixou ainda a referência que a redução do IMI em função do número de pessoas do agregado familiar, vai muito de acordo com a política de fixação de pessoas e aumento populacional que o país tanto necessita. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 8 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Celso Cláudio Ferreira Martins, Mário João das Neves Flores, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Anabela da Costa Azenha** que se transcreve na íntegra: -----



----- “A bancada do Partido Socialista votou contra este ponto visto que o Município com regularidade vem dando conhecimento do equilíbrio das suas contas e porque no nosso programa propúnhamos a aplicação da taxa mínima para este imposto.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU continua a defender a aplicação das taxas mínimas de IMI o que uma vez mais continua a não ser opção deste executivo.” -----

----- **Ponto IV – Participação Variável de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – 2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de fixar a taxa de participação em 4,8% sobre o IRS, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mantendo-se o valor aprovado no ano anterior. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 8 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Celso Cláudio Ferreira Martins, Mário João das Neves Flores, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU espera e deseja que seja cumprida a afirmação contida neste documento de que as verbas advenientes deste imposto revertem para a ação social, razão pela qual nos abstivemos.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Nós abstivemo-nos neste ponto pelo seguinte: nos termos da lei cada município tem direito em cada ano a uma participação que vai de 0 a 5% no IRS de cada um dos contribuintes passivos, isto quer dizer que cada concelho, em função da sua política de gestão, pode abdicar no todo ou em parte deste subsídio, deste direito de participação no IRS. Isto quer dizer também que o concelho onde se mora tem implicação no IRS de



cada um de nós, quanto mais baixo for a taxa de participação menos IRS o cidadão paga ou mais recebe nos casos em que haja reembolso das pessoas que fazem a retenção na fonte. Tendo em conta a política de participação no IRS dos concelhos vizinhos, e já o ano passado chamei à atenção para este pormenor, eu penso que é importante, Caldas da Rainha, por exemplo, tem 3%, o que quer dizer que devolve aos municípios 2%, Alcobaça 3,75%, devolve 1,25%, Bombarral 3,5%, devolve 1,5%, Óbidos 1%, devolve 4%, Rio Maior 4,8%, devolve 0,2%. A aplicação da taxa de 4,8% que é quase tudo, além de pouco aliviar as famílias, é pouco ambiciosa para a cativação de outras pessoas para o nosso concelho porque, no Arco da Memória por exemplo, a mim retém 0,2%, as pessoas que são de Rio Maior, os do outro lado da estrada é 1,25%, aliás 2%, Caldas da Rainha é 2%. Portanto é esta a razão da nossa abstenção porque achamos que esta participação é muito pouco ambiciosa, podia-se devolver mais aos cidadãos até atendendo à situação económica em que estamos.” -----

----- **Ponto V – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se propõe que a Assembleia Municipal fixe a taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2018; conceda isenção total de derrama relativa ao ano de 2018 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação; e conceda isenção total de derrama relativa ao ano de 2018 às empresas com volume de negócios inferior a 150 000,00 € que, durante esse ano, tenham criado, no mínimo, 2 novos postos de trabalho efetivos no concelho, conforme previsto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 8 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Celso Cláudio Ferreira Martins, Mário João das Neves Flores, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----



----- “A razão da CDU se abster tem a ver com o facto de considerarmos que esta proposta que foi apresentada pelo Executivo não é minimamente atrativa, poderia sê-lo, mas efetivamente não é.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O Partido Socialista absteve-se neste ponto uma vês que considera que o Executivo poderia e deveria ter reduzido o valor a aplicar tal como os municípios à nossa volta, com vista a cativar novo investimento para o concelho de Rio Maior.” -----

----- **Ponto VI – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos – Ano 2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se propõe a aprovação pela Assembleia Municipal de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública; que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2019, desde que respeitadas as condições contantes dos n.ºs 1 e 2; e que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU votou favoravelmente por estarmos em presença de uma questão de gestão e no cumprimento da lei, tudo perfeito, como a Senhora Presidente até referenciou. Contudo, como toda a gente sabe, não é novidade para ninguém, a CDU sempre lutou, luta e continuará a lutar em todos os planos, pela revogação desta lei dos compromissos que entendemos ser um garrote inventado pela Troika e pelos governos do PSD/CDS.” -----

----- **Ponto VII – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, Mapa de Pessoal e Atualização de Taxa** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que aquilo que se propõe é a aprovação pela Assembleia Municipal das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 e o Mapa de Pessoal para 2019, conforme previsto no n.º 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e a atualizar a taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remissão do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- Acerca do documento em discussão disse que este é efetivamente o orçamento da Câmara Municipal de Rio Maior, referindo que prevê os compromissos a honrar para o ano de 2019, os investimentos que se querem fazer para o ano de 2019, a receita e a despesa, honrando sempre os compromissos e seguir a trajetória de redução da dívida, não só por vontade mas também por obrigação. Deu conhecimento que a dívida no final de 2017 era de cerca de dez milhões e que no final de 2018 será de aproximadamente oito milhões. Disse que é firme intenção criar condições para haver sempre a possibilidade de candidatura a fundos comunitários assegurando a comparticipação de 15% e a liberdade de havendo necessidade de adquirir imóveis para reabilitação, como é exemplo a antiga Moagem Maria Celeste. -----

----- De uma forma muito global disse que o orçamento de 2019 é de 24,6 milhões, a receita em corrente é de 76% aproximadamente e 24% de capital, a despesa corrente é de 66% e capital 34%, os compromissos transitados para o ano de 2019 são de 14,5 milhões, as freguesias tiveram um aumento de 37,5% relativamente ao ano anterior, a



divida prevista no final do ano de 2018 é de 8,4 milhões, o valor do PPI é de 7,5 milhões e das atividades mais relevantes 8,5 milhões. -----

----- Reafirmou que este é o orçamento que efetivamente o Município de Rio Maior tem que executar durante o ano de 2019 e quando chegar o final desse ano terá que haver uma taxa de execução de igual ou superior a 85% sob pena de haver penalizações no âmbito das transferências do orçamento de Estado pela DGAL, o que não acontecia em outras épocas passadas e antes da lei dos compromissos. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que o seu voto convicto é favorável à aprovação deste documento e é assente em três perspetivas distintas: a do presidente da junta, a do eleito pela coligação PSD/CDS e a do cidadão contribuinte riomaiorense. Enquanto Presidente de Junta disse que constatou desde logo que se está perante a maior transferência real de verbas para as freguesias do concelho alguma vez realizada pela Câmara Municipal de Rio Maior, um reforço de cerca de 37% em relação ao ano corrente, o que, em seu entender, dará a cada uma das freguesias do concelho uma capacidade de intervenção junto dos seus fregueses muito mais próxima daquilo que são as expectativas e os desejos de cada um. Além do aumento afirmou que tão ou mais importante que a inscrição destas verbas no orçamento destinadas às freguesias é a certeza que todos podem ter na capacidade de a câmara municipal para as concretizar em devido tempo e que isso se deve, sem dúvida, à boa saúde financeira que o município de Rio Maior adquirida em resultado da competente gestão de recursos que os executivos eleitos pela coligação PSD/CDS têm sabido executar ao longo destes mandatos. -----

----- Como cidadão contribuinte lembrou o ano de 2009, quando a coligação tomou posse para o seu primeiro mandato, altura em que a câmara municipal tinha como maior herança deixada pelo Partido Socialista uma gigantesca divida de cerca de vinte e sete milhões de euros e todos os correspondentes encargos. Fez ainda uma retrospectiva da atuação do Estado, desde os governos do Partido Socialista e posteriormente os governos de coligação PSD/CDS para se poder fazer a distinção entre as governações, em que na primeira o país foi levado a pedir ajuda financeira externa e na segunda se conseguiu estabilizar as finanças com o esforço e ação do governo e dos cidadãos. Referiu que a nível local essa atuação não chegou tão longe, mas afirmou que a herança



socialista quer no governo da nação quer na gestão municipal hipotecou, pelo menos, cinco anos de desenvolvimento ao concelho. Afirmou que quando olha para o documento e vê que a dívida do município se situará este ano no valor de 8,4 milhões de euros e que este mesmo orçamento prevê que ela seja inferior a 7 milhões no final do ano de 2019, percebe que a saúde financeira do município tenha uma perspetiva segura e consolidada de uma evolução muito positiva e que só desta forma se torna possível a realização de importantes investimentos, com os capitais próprios do município, sem a necessidade de recorrer a empréstimos de médio e longo prazo. -----

----- Disse ser ainda sua convicção que num futuro muito próximo e situado no presente mandato, iremos ver atualizar para baixo algumas das taxas municipais e participações variáveis de impostos que afetam quer as famílias quer as empresas. Saudou o Executivo Municipal por incluir neste orçamento a execução do projeto de requalificação da frente ribeirinha e pela aquisição e reconstrução de imóveis para poderem instalar, a custos controlados, jovens, que vindos de outras zonas do país, procuram Rio Maior para estudar algo, aliás, que o governo do Partido Socialista anunciou, mas que nunca concretizou. Saudou ainda a execução das várias requalificações que continuam a acontecer no centro da cidade, pois considera que é de extrema importância que toda aquela zona se torne atrativa, quer para comerciantes quer para moradores e também a contratação de novos assistentes operacionais que irão preencher algumas lacunas atualmente existentes no estaleiro da câmara municipal. -----

----- Por fim, reafirmou a qualidade e seriedade do orçamento apresentado e pediu ao Executivo que mantenha a dinâmica, a dedicação e o empenho que têm demonstrado a bem de Rio Maior e que o Presidente da Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, o eleito pela coligação PSD/CDS e o cidadão contribuinte reconhecem publicamente a excelência ao trabalho desenvolvido pelo executivo assim como também pelos técnicos e dirigentes ao serviço da Câmara Municipal de Rio Maior.-

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que o orçamento apresentado vem, uma vez mais e no entender da CDU, mostrar a falta de projeto integrado para todo o concelho. Disse que é evidente que o novo regime financeiro para as autarquias locais é respeitado e legalmente nada há a incluir, mas que no entender da CDU, no que respeita à existência de um projeto sustentável para o concelho, não existe. Referiu que existem obras não prioritárias e, manifestando o devido respeito pelos presidentes de junta, afirmou que as transferências de verbas através da delegação de competências tem um aumento mas



que esta é um dever do executivo e, por isso, o aumento verificado é ainda pouco para o trabalho que fazem e as situações que gerem e que, devido a esses poucos recursos, nunca puderam fazer obra, sendo evidente que qualquer aumento de valor acima daquele que em anos anteriores vêm sendo habituados é uma mais valia. Considerou que as freguesias para fazer obra têm que fazer um esforço além do razoável e isso pôde constatar-se na intervenção do Presidente de Junta da União de Freguesia de Marmeleira e Assentiz que referiu apenas parte das obras necessárias na rede viária, deixando de fora as obras na rede viária na Vila da Marmeleira. -----

----- Afirmou que não irá entrar em grande pormenor até porque esta é uma questão política e na política quem tem os votos dirige e manda, quem não os obtém continua a lutar por os obter, referindo que até hoje a CDU é a única força que ainda não esteve à frente dos destinos, mas que espera um dia lá chegar, pela contribuição que tem dado para a alteração de algumas coisas em Rio Maior com uma intervenção firme. Indicou o sentido de voto contra a aprovação do orçamento apresentado. -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao orçamento deste ano e aos elementos que o acompanham afirmou que a sua intervenção irá repetir o dito o ano passado, que a câmara está a fazer um conjunto de irregularidades gravíssimas, indo até mais longe porque agora já tiveram a explicação do executivo sobre este assunto. Descreveu novamente a situação dizendo que ou a Desmor funciona sem eletricidade e água ou a câmara municipal fornece aquela entidade sem lhe cobrar nada e que da explicação dada em tempos pela Presidente da Câmara em como se tratava de uma situação complicada por causa do PT existente e que seria uma situação que vinha desde o início da Desmor. Disse não compreender porque é que para a Desmor é uma situação complicada enquanto que a Escola Profissional de Rio Maior, na mesma situação, paga esses serviços, como se pode ver nos orçamentos. Afirmou ainda que em relação à água não há nenhuma justificação porque o município é o único fornecedor e como tal, tem toda a capacidade técnica e financeira. -----

----- Considerou que o que está a acontecer é que contabilisticamente se está a cometer um crime fiscal por defraudar o IVA no fornecimento de água, que a Câmara Municipal de Rio Maior compra e fornece sem faturar, e que, assim sendo, este documento, tal



como o documento anterior e a resposta à nossa solicitação o ano passado, confirmam que a câmara municipal está a defraudar o fisco da república. -----

----- Saliu a dizer que o ano passado falaram de boa fé e que a câmara teve um ano para resolver a situação que configura um esquema fraudulento onde fornece água gratuitamente a uma entidade terceira tendo havido na sua compra uma transação com pagamento do IVA e fornecimento sem faturação a terceiros o que é um crime fiscal, sendo que os deputados que votarem a favor estarão a compactuar com um crime de fuga ao fisco, para além de outras irregularidades a nível da contabilidade autárquica. –

----- Terminou dizendo que espera que a Presidente da Câmara se possa já ter informado acerca da possibilidade de faturar e que não é verdade que esta situação aconteça desde o início da Desmor, porque o próprio leu os orçamentos de ambas as entidades desde 2011 e apenas em 2013 e que começou a acontecer e que perante estes factos as pessoas tenham consciência de que este documento é, na sua totalidade, ilegal. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que é sua convicção que todos, independentemente dos partidos, querem o melhor para Rio Maior, para a população e para o concelho, embora às vezes lhe pareça o contrário porque falar em irregularidades e até em crime, é grave e que não acredita que o Tribunal de Contas, entidade que fiscaliza as contas do município, não tenha visto essas questões tão graves como a prática de crimes. Acrescentou que pode compreender a abstenção na votação por não se identificarem com o conteúdo e estratégia do documento, mas tem dificuldades em aceitar os votos contra. Disse não entender como se pode querer mais investimentos e obra e, ao mesmo tempo, que se diminua a receita através da diminuição de taxas e impostos e, mesmo assim, se mantenha o equilíbrio das contas. Lembrou que os executivos municipais desde 2009 têm vindo a reduzir uma dívida herdada pelos executivos socialistas sem alguma vez ter recorrido aos empréstimos de médio e longo prazo, sem hipotecar gerações futuras, sem prejudicar o investimento. Lembrou ainda o tempo dos executivos socialistas em que as taxas estavam nos limites máximos por opção, altura em que era possível baixá-los porque não se estava no tempo da grave crise financeira em Portugal, e que ainda assim não foi o suficiente para a sustentabilidade financeira do município. -----



----- No que diz respeito às águas e saneamento disse que tem sido este executivo a fazer reparações, a fazer investimento que deveria ter sido feito no tempo dos executivos socialistas. -----

----- Quanto ao orçamento em discussão realçou as verbas para a transferência de competências para as juntas de freguesia que tiveram um aumento considerável e nunca antes visto, dando, por isso, os parabéns ao executivo municipal, e dizendo que este é, sem dúvida, uma forma de afirmar a confiança nos presidentes de junta e um olhar atento para as populações do concelho. Para além disto, realçou também a continuidade das obras, o investimento de obras a iniciar, como a residência de estudantes carenciados, que tanta falta faz e que não teve lugar no Orçamento de Estado, desafiando os deputados do PS e CDU a votarem contra o Orçamento de Estado para 2019 se o mesmo não configurar esta verba. -----

----- afirmou que no demais que não disse fez suas as palavras do Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões e indicou o sentido de voto favorável da bancada da coligação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Depois de ouvir a intervenção do Senhor Mário Flores disse que não foi eleita para ser destrutada nem aqueles que a acompanham como acabou de acontecer. Disse que irá analisar cautelosamente a intervenção feita, que não foi política e sim difamatória, no sentido de compreender se deve passar a outras estâncias. -----

----- Dito isso confirmou que a eletricidade e a água sempre foram contabilizadas desta forma desde que existe a empresa municipal Desmor, o PT é o mesmo, as captações são as mesmas, a conduta é a mesma, poderia é não ser transparente nas contas da câmara da própria Desmor que era a câmara que as pagava. Reafirmou que a situação é rigorosamente a mesma e dizendo ainda que a Escola Profissional tem pago efetivamente um valor acordado, mas que ao passo que a escola é propriedade da câmara em 80% a Desmor é em 100%. Referiu ainda o contrato programa com a Desmor vai a visto do Tribunal de Contas que, com toda a certeza, não deixaria passar irregularidades criminosas. Voltou a afirmar que nas contas da câmara esta sempre foi a forma como foi contabilizada a água e a eletricidade da Desmor, não obstante a forma do contrato-programa ser completamente diferente de lá para cá. -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Interveio para dizer que teve o cuidado de ler os orçamentos da Desmor desde 2011 onde era explícito o orçamentado para água e eletricidade e que a partir de 2013



deixou de se orçamentar. Afirmou que é um facto que, aliás, está nos documentos que foram pedidos e enviados anteriormente. Disse não estar a falar gratuitamente nem com leviandade, não se aconselhou com ninguém, foi sim ler os documentos que são públicos. Voltou a dizer que se existe uma instituição que não paga água e que o único fornecedor é outra organização, então esta organização só tem um caminho, declarar a água que foi fornecida como oferta e não como uma perda, como está descrito no código do IVA. Reafirmou que leu os documentos todos com detalhe e disse que não faz acusações vãs nem são políticas, são estritamente técnicas. Terminou dizendo que agradecia que não levasse isto no sentido de que estava gratuitamente a insultar alguém, mas sim como o resultado da leitura da ata da última discussão que foi exatamente igual em que me responderam que é feito desde sempre. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse que toda a intervenção do Deputado Mário João das Neves Flores foi por si próprio devidamente apreciada, ouvida e ponderada e, por isso, foi pedir esclarecimentos que, em seu entender, foram os suficientes. Disse ainda que aquilo que o deputado transmitiu pode ser reduzido apenas a que existem irregularidades, coisas menos bem, sem haver a necessidade de se estar a imputar comportamentos criminosos onde eles não existem. Disse ainda que a sua forma de estar na vida sempre foi chamar à atenção sem ofender e sem tratar mal as pessoas e considera que é esse o procedimento a ter aqui. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 8 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, Celso Cláudio Ferreira Martins, Mário João das Neves Flores, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha posição enquanto Presidente de Junta e eleito pelo Partido Socialista obriga-me ao dever de zelo e também de correspondência face às políticas que são identificadas e prosseguidas pelo partido que me fez eleger com o voto dos fregueses. No entanto eu gostaria de reforçar uma vez mais que há aqui dois patamares, pelo menos diferentes, que faz com que eu faça votações em consciência, pese embora nem sempre isso coincida com os princípios que estarão lá plasmados, mas com os interesses do partido qual represento. Isso leva-me a entrar, pela primeira vez, nalguma



clarificação face até a algumas intervenções que foram feitas, nomeadamente o meu colega do Outeiro da Cortiçada e da responsável pela representação da CDU, da qual nós também temos uma opinião sobre esses assuntos, que não é coincidente nem tem que ser de aprovação, de qualquer das maneiras não é da nossa competência debruçarmo-nos sobre isso, entendo eu. De qualquer das maneiras e porque eu entendo continuar a ter este procedimento nesta Assembleia, gostaria de pelo menos frisar aqui dois ou três aspetos: primeiro, eu considero-me um homem socialista, plenamente, sou fortemente ideologizado e em termos políticos tenho clara perceção daquilo que defendo, no entanto, as referências que tenho não me permitem sempre ficar em silêncio face ao tipo de votação, as minhas referências estão todas do lado socialista, que eu continuo a preservar, vergo-me perante a dimensão dos governantes do meu país e faço-o com plena consciência. No entanto, continuarei a votar em consciência face aos fregueses e às pessoas que aqui represento, daí que nem sempre a minha votação coincide com a votação do partido que eu aqui também represento.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Como foi facilmente constatável o Partido Socialista é só um e votou contra este orçamento não só por não ser o nosso orçamento, mas essencialmente porque o considera um mau orçamento. É um orçamento que onera os munícipes nas coisas mais elementares como a água, saneamento e gestão dos resíduos, não faz, no nosso entender, uma gestão adequada dos recursos financeiros que diz que tem, ou seja, gasta parte desses valores a requalificar zonas do nosso concelho que ainda há pouco tempo foram alvo de requalificações, em vez de apostar naquilo que é essencial ou para o bem-estar da população, nomeadamente o saneamento básico e o problema das águas. Por isso mesmo o nosso voto é contra.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto prende-se com o meu voto favorável que, efetivamente ciente na boa-fé do que a Senhora Presidente disse aquando do ponto II, que respeitava o contrato programa para o ano de 2019 com Desmor, a Senhora Presidente afirmou claramente e para quem quis ouvir, que fomos todos nós, que realmente há aqui uma situação de desvio que será regularizada durante o decurso deste ano. Mais ainda, por análise detalhada do orçamento, verificamos que não é um



investimento de relevo e de extrema complexidade pois o mesmo não figura, salvo erro meu, nas GOP.” -----

----- **Ponto VIII – Modificação Orçamental – 5ª. Revisão ao Orçamento da Receita/Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos e 3ª Revisão às Atividades Mais Relevantes 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que aquilo que se pretende é a aprovação da modificação orçamental – 5ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e ao Plano Plurianual de Investimentos e 3ª Revisão às Atividades Mais Relevantes 2018, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a respetiva assunção dos compromissos plurianuais para os anos seguintes. Esclareceu esta revisão é consequência da reprogramação das candidaturas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no valor de um milhão e novecentos mil euros aproximadamente e com a inscrição da ação “Natal na Cidade” de mais sete mil e setecentos euros. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 2 votos contra das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos contra relativamente a esta revisão porque para nós, e ainda esperamos que houvesse aqui uma justificação plausível, não aconteceu, porque entendemos que ela evidencia um compromisso da Câmara para 2018 que não foi cumprido, mas adiado para 2019, nomeadamente não no que diz respeito ao “Natal na Cidade”, mas aos outros quatro itens que o antecedem no quadro que está exposto. E é esta a razão do nosso voto contra.” -----

----- **Ponto IX – Aprovação das regras para a concessão de isenção parcial de Imposto Municipal de Imóveis aos bombeiros voluntários de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que aquilo que se propõe é a aprovação aprovar as regras para a concessão de isenção parcial do Imposto Municipal sobre Imóveis aos bombeiros voluntários de Rio Maior e a isenção mencionada na tabela que



constitui o anexo 5 à presente ata, conforme previsto no n.º 2 e 3 do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 1 abstenção da Deputada Municipal Anabela da Costa Azenha (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Anabela da Costa Azenha** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha abstenção deve-se simplesmente ao facto de não me opor, tenho pena é que se criem mais regulamentos para dar estes benefícios a pessoas que são importantes na nossa sociedade, que põe a sua vida em risco ou pela necessidade que têm destas isenções totais ou parciais. Portanto, só me parece que isto só peca por defeito.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “No entender da CDU os bombeiros merecem da nossa parte todo o apoio, posto que numa sociedade tão individualista como a atual ainda há homens e mulheres que dão a vida por nós, pela nossa segurança pessoal e dos nossos bens. Portanto, no entender da CDU, a razão que nos levou a votar a favor é que tudo o que pudermos retribuir-lhes, como incentivo e apoio, será sempre pouco. Deveremos, por isso, ir ainda mais longe no apoio aos bombeiros e às suas famílias, entendemos que talvez, e só deixamos aqui este repto, que a Câmara, o Executivo Camarário, pondere para além destas isenções, eventualmente a criação de mais algumas ajudas do tipo, por exemplo, os filhos dos bombeiros não pagarem nas piscinas, certas coisas que poderão complementar aquilo que aqui é proposto. Portanto tudo o que pudermos retribuir aos bombeiros voluntários será sempre muito pouco.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor António José Rodrigues da Costa – Rua 25 de Abril, n.º 79 - São João da Ribeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que está em representação do Movimento Cívico Ar Puro e veio falar exatamente sobre uma situação já mencionada em algumas intervenções, os cheiros nauseabundos que se têm feito sentir. Disse que a questão da poluição não é de agora, já se arrasta há muito tempo, embora só agora se faça sentir na zona central da cidade de Rio Maior, esta prevalece desde a década de 70 em todas as freguesias do concelho. Alertou para a poluição atmosférica, dos solos, das linhas de água à superfície e subterrâneas e que este é mesmo um assunto grave e sério, especialmente pela escassez de água doce potável. -----

----- Fez um pequeno historial desde a década de 90 e referiu-se em particular à existência Estação Coletiva de Tratamento de Efluentes Suinícolas (ECTES) em Alcobertas que nunca funcionou em pleno, por falta de matéria prima que estava a ser descarregada nas linhas de água existentes no concelho e nos solos, e que atualmente está abandonada, criando, ela própria, problemas de poluição. Afirmou que ao longo dos tempos muito se tem dito que irá ser feito, mas na prática nada se faz. Questionou, por isso, o que é que está a ser efetivamente decidido para pôr termo neste caso específico aos cheiros que invadem as habitações da própria cidade de Rio Maior, do Bairro dos Mineiros, da Chainça, da Escola Superior de Desporto, entre outros, para além dos autos que já foram levantados pela SEPNA/GNR. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que se trata de um esclarecimento extenso, que passaria por ler toda a informação dos serviços sobre todos os procedimentos que estão a ser desenvolvidos, resumindo que o trabalho está a ser desenvolvido da parte da câmara em conformidade com a legislação e com as competências e que, além disso, a câmara está também a trabalhar em colaboração com as entidades que efetivamente têm a competência para fazer esta fiscalização e este controle perante aqueles que estão, efetivamente, a poluir.-----



----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____